

BRASIL

BE

SPECIAL



A Constituinte se instala no momento em que a sociedade está se formando em anarquismo

Marcos Sá Correa

O Brasil chega à Constituinte mais ou menos como os Estados Unidos há mais de cem anos foram dar na guerra civil — sem que ninguém no país se entenda. Os problemas aqui são indiscutivelmente mais simples, pois, entre abolir a escravidão ou o salário mínimo de 30 dólares, mesmo que as classes produtoras enfrentem ambos com a mesma conversa de ruína, cabe inteirinha a prova de que a História só se repete com abatimento. Os métodos também evoluem, porque o brasileiro, homem cordial, guarda sua munição para gastar de madrugada na Baixada Fluminense. Nos dois casos, porém, o essencial não muda — achar depressa uma saída para o futuro, que no presente a coisa está preta.

Talvez porque a disciplina militar, mero disfarce, mal esconda a evidência de que guerra é anarquia, na Secessão as tropas unio-

nistas carneavam bois debaixo do obelisco de George Washington, a maio caminho entre a Casa Branca e o Congresso. Ao contrário, os políticos, apesar da aparente desordem do seu ofício, no fundo trabalham dentro de padrões muito próprios de disciplina. Uma das grandes preocupações dos constituintes brasileiros é o acampamento de forças oposicionistas diante das vidraças do Legislativo, em Brasília.

Hoje se instala uma Constituinte, a dos políticos. E os políticos controlam tão bem a pressão de seus atos que, durante as manobras das últimas semanas para estragar a festa do deputado Ulysses Guimarães, ninguém sacou uma só vez o segredo de que ele, o presidente de quase tudo o que conta na política nacional, toma doses diárias de um remédio contra a psicose maníaco-depressiva. "Pode-se fazer tudo, menos balançar o palanque das autoridades", ensinava o falecido senador Victorino

Freire, um maranhense que saiu de moda, como adversário rancoroso do presidente José Sarney.

Mas há uma outra Constituinte, que se inaugura amanhã, ao redor da oficial. É o país, que aliás anda com um ambiente que não se pode chamar de legalista. A sociedade está se diplomando em anarquismo. Por isso, convive no Brasil, a partir de hoje, a intenção de fazer um país inteiro a partir de novas leis com o cotidiano de uma outra terra, mais próxima, onde não vige nem sinal de trânsito.

Entre eles, a distância é a mesma que separa os linchamentos nos prontuários policiais do silêncio sobre a pena de morte no cardápio constitucional da comissão Afonso Arinos. E nem é necessário medi-la sempre pelos extremos. Há meses, pontas menos drásticas se descoseram. A acachapante vitória do PMDB e do PFL em 1986 criou partidos como o PT, com 16 deputados numa Assembléia de 559 cadeiras, mas que tem as mãos,

através da CUT, em mais de mil sindicatos e associações de funcionários. Sem muita voz dentro, o PT fatalmente será tentado a fazer ruído fora da Constituinte. Seria mais simples para o governo lidar com uma oposição dentro do regimento do que aturá-la na grama da praça dos Três Poderes.

Como a vitória eleitoral, o triunfo pós-cruzado da classe média foi enganoso. Esvaziou prateleiras em 1986, o ano em que, segundo o presidente Sarney, mais de 35 milhões de brasileiros debutaram no mercado de consumo. Em 1987, em parte porque tão forte que essa migração de novos consumidores, por baixo, foi a marcha dos investidores que, vindos do open market, entravam na vida real por cima. A classe média está mais longe do que nunca das compras que serviam para ancorá-la nos manuais de boa conduta. No Rio de Janeiro, o aluguel de um apartamento de três quartos na Zona Sul anda entre 20 e 30 mil

cruzados. Isso num país onde a maioria financeira, segundo o próprio governo, começa em menos de cinco mil cruzados por mês, ou cinco salários mínimos. A classe média carca foi para o paraíso. Vai é para o subúrbio, atrás de aluguel barato.

Está faltando Brasil ainda para muito brasileiro. Se sobrasse, como o cruzado prometia, seria possível fazer uma Constituinte exatamente como os políticos insinuaram nas ruas por tantos anos — para melhorar a vida de todo mundo. Como falta, a Constituinte terá de fazer o grande acerto entre quem vai ganhar e quem vai perder no regime político brasileiro. Numa fase ao mesmo tempo pós-cruzado e pré-anárquica, depois de um governo que tentou enquadrar a economia numa lista da Sunab e gerou a mais ampla, geral e irrestrita desobediência, isso é tão banal e tão inverossímil quanto um motorista parando para o sinal vermelho.

pg 01

Caderno B Especial

LIZEMAN